OABSP
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Secção de São Paulo

133.º Exame de Ordem – 2.ª Fase

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Caderno – Trabalho

Ponto Sorteado

Para uso da OAB

FUNDAÇÃO vunesp

16.09.2007

OABSP
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Secção de São Paulo

133.º Exame de Ordem – 2.ª Fase

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

INSTRUÇÕES

1. Verifique se o seu nome, RG e n.º de inscrição estão corretos e assine, na capa, no local reservado.
2. Escreva o número do ponto sorteado no espaço reservado.
3. **Não será considerada a Peça elaborada em discordância do ponto sorteado.**
4. A PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL abrange duas partes:
   a) redação de Peça Profissional, privativa do advogado, na área de opção do candidato, a saber: Civil, Penal, Trabalho ou Tributário;
   b) respostas a 5 questões práticas, sob a forma de situações-problema.
5. A prova deve ser feita com caneta de tinta azul ou preta. **Os rascunhos não serão considerados.**
6. Não assine sua prova, pois isso a identificará e, conseqüentemente, a anulará.
7. Serão permitidas consultas a legislação, livros de doutrina e repertórios de jurisprudência. É vedada a utilização de sinopses e roteiros de peças jurídicas, dicionários jurídicos e obras que contenham formulários e roteiros de peças jurídicas, questões sob a forma de perguntas e respostas, modelos e anotações pessoais, inclusive apostilas, mesmo as editadas sob a forma de livro, bem como toda e qualquer publicação editada ou patrocinada por cursos especializados no preparo para concurso de exame de ordem.
8. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 6.
9. Duração da prova: 5 horas.
10. **Não será permitido sair do local do Exame antes de transcorridas 2 horas e 30 minutos do seu início.**

Obs.: a) **Não serão fornecidas folhas complementares.**
b) **Não serão avaliadas as respostas das questões ou a redação da Peça Profissional elaboradas fora do local destinado.**

Assinatura do candidato

FUNDAÇÃO vunesp

16.09.2007

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Secção de São Paulo

133.º Exame de Ordem – 2.ª Fase

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

3.º Examinador

COMENTÁRIOS

Adequação da Peça ao problema apresentado:

Raciocínio jurídico:

Fundamentação e sua consistência:

Capacidade de interpretação e exposição:

Correção gramatical:

Técnica profissional:

NOTAS

Peça	
Questão 1	
Questão 2	
Questão 3	
Questão 4	
Questão 5	
Nota (Total)	

PARA USO DA OAB

	Nota	Extenso	Rubrica
3.º Examinador			

Código: | | | | |

PONTO 1

Determinada empresa contratou "A", Engenheiro Mecânico, para ocupar as funções de encarregado de produção, função na qual trabalhou durante 05 (cinco) anos. Na seqüência, foi promovido a Diretor Técnico, função na qual se ativou por mais 06 anos, cumprindo regularmente horário de trabalho e sujeito à mesma subordinação jurídica. Despedido sem justa causa, a empregadora considerou, para fins de contagem de tempo de serviço, apenas o primeiro período de cinco anos, sob a alegação de que no período subseqüente o contrato de trabalho estivera suspenso em razão do exercício de cargo de confiança.

QUESTÃO: Na condição de patrono de "A", promover a medida legal cabível contra a referida empresa, aqui nominada "B", para postular a soma de períodos e os direitos trabalhistas daí derivados, apresentando os devidos fundamentos legais e jurisprudenciais atinentes ao tema.

PONTO 2

Alegando dificuldades setoriais de mercado, determinada empresa afixou comunicado no quadro de avisos, no qual informou a redução dos salários de todos os empregados em 20% (vinte por cento), situação que perdurou por 02 (dois) anos. Após tal período, demitiu número representativo de empregados, promovendo o pagamento das verbas rescisórias, tendo como base o salário já reduzido. Sentindo-se prejudicado, um ex-empregado promoveu reclamatória perante a Justiça do Trabalho, postulando as diferenças salariais de todo o período da redução, bem como a recomposição salarial para que as diferenças das verbas rescisórias fossem pagas pelo maior salário. A ação foi julgada improcedente em primeiro grau, sob o fundamento de que, de fato, a crise que abalara aquele setor era pública e notória, o que legitimara a ação empresarial já narrada.

QUESTÃO: Como Advogado do ex-empregado, propor a medida processual cabível com a finalidade de reverter a decisão, apresentando em suas razões os fundamentos legais e doutrinários pertinentes ao tema.

PONTO 3

Após 05 (cinco) anos de trabalho, o empregado João da Silva foi despedido sem justa causa. Na data designada, compareceu perante o Sindicato de Classe e recebeu as verbas ofertadas pela empregadora, a saber: saldo de salário, aviso prévio indenizado, férias proporcionais, 13.º salário proporcional e multa do F.G.T.S. Um mês após, ajuizou reclamatória trabalhista postulando adicional de periculosidade, alegando ter laborado de forma permanente em contato com inflamáveis, bem como horas extras com o adicional legal por todo o período, além dos reflexos de ambos os pedidos nas demais verbas. Acolhendo a defesa da Reclamada (Empresa "X" Ltda."), o juízo de primeiro grau julgou, sem qualquer dilação probatória, improcedente a reclamatória, sob o fundamento de inexistência de ressalva expressa quanto a supostos direitos de adicional de periculosidade e de horas extras.

QUESTÃO: Como Advogado do reclamante, promover a medida processual adequada visando à reversão do que foi decidido em primeiro grau, apresentando em suas razões os fundamentos legais e jurisprudenciais cabíveis.

Em hipótese alguma será considerada a redação escrita neste espaço.

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

Em hipótese alguma será considerada a redação escrita neste espaço.

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

Em hipótese alguma será considerada a redação escrita neste espaço.

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

Em hipótese alguma será considerada a redação escrita neste espaço.

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

PEÇA PROFISSIONAL

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

PEÇA PROFISSIONAL

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

PEÇA PROFISSIONAL

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

PEÇA PROFISSIONAL

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

PEÇA PROFISSIONAL

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

PEÇA PROFISSIONAL

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

QUESTÕES PRÁTICAS

1. Tendo sido julgada parcialmente procedente reclamatória trabalhista, no prazo concedido para apresentar suas contra-razões ao Recurso Ordinário da empresa, o reclamante apresentou Recurso Adesivo. O Juízo rejeitou, de plano, o referido recurso adesivo, sob o fundamento de expressa vedação constante do Enunciado 175-TST. Está correta tal deliberação? Discorra e fundamente.

RASCUNHO DA RESPOSTA

TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

QUESTÕES PRÁTICAS

2. Em inquérito para apuração de falta grave, após a oitiva de três testemunhas do Reqte. e de três apresentadas pelo Reqdo., o Juízo determinou o encerramento da instrução. O patrono do Reqdo. insistiu em ouvir sua quarta testemunha, alegando ser decisiva para a prova de suas alegações e, ante o indeferimento, lavrou protesto em ata, fundamentado em cerceamento de defesa. Tal procedimento encontra amparo legal? Esclareça e fundamente.

RASCUNHO DA RESPOSTA

TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

QUESTÕES PRÁTICAS

3. Indústria metalúrgica vinha mantendo quadro total de 50 (cinqüenta) trabalhadores, entre os quais 30 (trinta) contratados por intermédio de outra empresa, mediante o sistema conhecido como terceirização. Tais operários ativavam-se na prestação de serviços ligados à atividade-fim da empresa, ou seja, alguns como ferramenteiros e os demais como torneiros mecânicos. A Inspeção do Trabalho, em visita ao local, lavrou auto de infração por entender irregular tal contratação. A posição da empresa está correta? Discorra e fundamente.

RASCUNHO DA RESPOSTA

TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

QUESTÕES PRÁTICAS

4. Mulher trabalhadora adotou legalmente criança com dois anos de idade e pleiteou da empresa empregadora licença-maternidade de 60 (sessenta dias). O empregador negou o pedido, alegando que tal direito é restrito à mãe gestante, conforme art. 7.º, XVIII, da Constituição Federal. O pedido da trabalhadora encontra amparo? Discorra e fundamente.

RASCUNHO DA RESPOSTA

TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

QUESTÕES PRÁTICAS

5. Menor trabalhador, com 16 (dezesseis) anos de idade, ativou-se legalmente por dezoito meses em funções e condições compatíveis, sendo então despedido. Por ocasião do pagamento das verbas decorrentes da rescisão contratual, os responsáveis legais exigiram da empresa o pagamento dos salários de todo o período, sob a alegação de que o menor não tinha poderes para firmar recibo de seus salários. É procedente a pretensão? Discorra e fundamente.

RASCUNHO DA RESPOSTA

TEXTO DEFINITIVO DA RESPOSTA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

OABSP
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Secção de São Paulo

133.º Exame de Ordem – 2.ª Fase

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

2.º Examinador

COMENTÁRIOS

Adequação da Peça ao problema apresentado:

Raciocínio jurídico:

Fundamentação e sua consistência:

Capacidade de interpretação e exposição:

Correção gramatical:

Técnica profissional:

NOTAS

Peça	
Questão 1	
Questão 2	
Questão 3	
Questão 4	
Questão 5	
Nota (Total)	

PARA USO DA OAB

	Nota	Extenso	Rubrica
2.º Examinador			

Código:

OABSP
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Secção de São Paulo

133.º Exame de Ordem – 2.ª Fase

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

1.º Examinador

COMENTÁRIOS

Adequação da Peça ao problema apresentado:

Raciocínio jurídico:

Fundamentação e sua consistência:

Capacidade de interpretação e exposição:

Correção gramatical:

Técnica profissional:

NOTAS

Peça	
Questão 1	
Questão 2	
Questão 3	
Questão 4	
Questão 5	
Nota (Total)	

PARA USO DA OAB

	Nota	Extenso	Rubrica
1.º Examinador			

Código: